

nos laboratórios de saúde pública e saneamento ambiental. Um ponto a ser considerado deve ser o fortalecimento e estímulo ao ensino de saúde pública na graduação em Medicina Veterinária, não apenas melhorando os canais de comunicação interprofissional, mas assegurando uma boa formação para profissionais interessados na área. Os atuais modelos biomédicos, subordinados aos interesses econômicos que beneficiam o privado em detrimento do público, colocam em queda a qualidade da formação. O VER-SUS permite uma visão diferenciada desses modelos, objetivando a formação de trabalhadores eticamente comprometidos com o SUS, suas diretrizes e seus princípios, e que se entendam como agentes capazes de promover e transformar a sociedade que os cerca. Dessa forma, a conclusão obtida foi da necessidade da revisão de as práticas que visem à formação do médico-veterinário capacitado não apenas para atender às demandas de mercado, mas também para atender às demandas sociais. Sugere-se que atividades de extensão tornem-se obrigatórias nos currículos dos cursos de graduação, tendo em vista que projetos como o VER-SUS contribuem de maneira focal para a formação técnico-política dos graduandos.

73 PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS ATENDIMENTOS ANTIRRÁBICOS HUMANOS NO MUNICÍPIO DE ELTORADO DO SUL, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL.

GARCIA, D. M.ª; LEMOS, A. B.ª; BERWANGER, A. D.ª; ALVES, R. G.ª

¹ Setor de Vigilância em Saúde da Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul/RS. E-mail: vigilanciasaude@eldorado.rs.gov.br.

A raiva é uma das principais zoonoses que acompanham a trajetória humana, e seu agente etiológico pertence à família Rhabdoviridae e ao gênero *Lyssavirus*. O hospedeiro e reservatório do vírus da raiva é o animal infectado que o transmite aos humanos, por meio de mordedura, arranhadura e ou lambedura. Recentemente houve a intensificação das ações de Vigilância Ambiental e Epidemiológica para o controle e profilaxia da raiva no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, em virtude de diversos focos de raiva herbívora e do diagnóstico de raiva em felinos, o que motiva um melhor conhecimento sobre atendimentos antirrâbicos realizados em humanos. O trabalho foi delineado para conhecer as principais características do perfil epidemiológico dos atendimentos antirrâbicos humanos efetuados no município de Eldorado do Sul, no Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 2013 e 2015. A pesquisa foi realizada na Secretaria Municipal de Saúde do município no setor de Vigilância em Saúde e a fonte de dados utilizada foram as fichas individuais de notificação de atendimentos antirrâbicos humanos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação Compulsória (Sinan). Durante o período de estudo foram realizados 417 atendimentos antirrâbicos no município. Do total de pacientes atendidos, 52% (216) eram do sexo feminino, e 24,5% (102) dos atendidos foram crianças entre 01 e 10 anos de idade. A mordedura foi o tipo de exposição mais frequente (82%). Em relação ao local, mãos e pés foram os mais atingidos (36%), provavelmente devido ao fato de a pessoa agredida se defender dos animais ou até mesmo no momento de tocar o animal. Cabeça e pescoço foram notificados em 50 casos (12%), relacionados com acidente de maior gravidade e, na maioria dos casos, em crianças. Em 83% das notificações a espécie agressora foi a canina, 7% felinos, 2,4% em herbívoro doméstico e 1% em morcego. Foram classificados como sádios 59% dos animais. Quanto ao tratamento indicado ao paciente humano, 49% foram observados e vacinados (205). Pelas características do tipo de exposição do paciente, a localização da lesão e as próprias condições do animal, em muitos casos foi recomendada apenas a observação do cão ou gato. O tratamento com soro e vacina, que é recomendado para casos de acidentes mais graves, foi prescrito em 5% dos pacientes, e muitos

desses relacionados com crianças. Pelos resultados obtidos, a ocorrência em crianças é preocupante, apontando para a necessidade de uma maior supervisão por parte de adultos e de orientação da criança e seus responsáveis. Em relação a ficha de atendimento antirrâbico humano do Sinan, que foi utilizada no trabalho, a equipe da Vigilância em Saúde do município constatou que ela não inclui dados sobre o animal agressor. Dessa forma, foi criada uma ficha complementar que insere informações importantes, como a condição de vida do animal domiciliado, semidomiciliado ou errante, calendário de vacinação, raça e porte do animal. Com essas informações, o médico-veterinário tem a possibilidade de implantar um trabalho de educação em saúde e de efetuar o acompanhamento dos atendimentos antirrâbicos, uma vez que ele deve acompanhar tecnicamente o animal suspeito, encaminhar material para exame e também orientar medidas para a prevenção de novos acidentes com animais, com abordagem sobre bem-estar animal e posse responsável, o que possivelmente reduzirá o número de notificações de atendimentos antirrâbicos em humanos.

74 ATIVIDADES DO MÉDICO-VETERINÁRIO NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

GARCIA, D. M.ª; LEMOS, A. B.ª; BERWANGER, A. D.ª; ALVES, R. G.ª; SILVA, L. S.ª

¹ Setor de Vigilância em Saúde da Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul/RS. E-mail: vigilanciasaude@eldorado.rs.gov.br.

A Vigilância em Saúde é uma das áreas de atuação do SUS que dispõe de um conjunto de ações tendentes a eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde, que deve integrar-se com as ações de atenção básica, como a Estratégia de Saúde da Família (ESF). Essa atividade de promoção à saúde vai de acordo com a Carta de Ottawa, de 1996, que inclui o fortalecimento das ações comunitárias, a criação de ambientes saudáveis e a reorientação dos serviços de saúde, o que contribui para o reforço da consciência sanitária dos profissionais em saúde e da população. Com a inserção do médico-veterinário para compor o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf), através da Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, existe uma oportunidade aberta. O trabalho foi delineado para conhecer as possibilidades de inserção do médico-veterinário dentro da realidade dos dois ESF do município de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, o que corresponde a uma cobertura de 20% da população. Foi aplicado um questionário sobre assuntos que envolvem a Vigilância em Saúde e foram sorteadas aleatoriamente 51 residências (3% do total de famílias) e realizadas diversas perguntas aos moradores sobre vigilância sanitária e ambiental, conhecimentos sobre doença transmissível por alimento (DTA) e Zoonoses. Dos 51 questionários respondidos, 37 (72%) disseram que sabiam o que é a Vigilância Sanitária e 28 residentes (55%) conheciam o documento do Alvará Sanitário. Doze (23%) responderam que tiveram suspeita de DTA, com os principais sintomas, em ordem decrescente de importância: diarreia, vômito, dor abdominal e dor de cabeça. Desses moradores que afirmaram ter um episódio de DTA, 6 (50%) afirmaram que dois ou mais membros da família adoeceram, o que pode caracterizar a subnotificação de surto de DTA. Na área de Vigilância Ambiental, com enfoque nas zoonoses e doenças negligenciadas (não notificáveis), o resultado do questionário foi: a) a respeito dos ectoparasitos, 47% dos moradores afirmaram que já tiveram problemas com infestação de carrapatos; 27% já tiveram problemas com pulgas; 12%, com *Tunga penetrans* (bicho-de-pé); 10% tiveram alguém da família com infestação por larvas de *Cochliomyia hominivorax* (bicheira); e 6% tiveram infestação pela larva da *Dermatobia hominis* (berne); b) sobre os animais sinantrópicos, 53% da população afirmou que já teve problema com ratos; 18%, com pombos; 8% afirmaram que já terem encontrado morcegos; 21% dos entrevistados

informaram que já tiveram alguma situação de mordedura por cães; e 94% dos moradores relataram que havia muitos cães soltos na rua e que alguns desses animais eram domiciliados, conforme informações de alguns residentes. Ficou estabelecido o número de cães e gatos por domicílio de 1,93, sendo que essa estimativa é importante para uma situação de foco de raiva e posterior vacinação. Esses resultados demonstram que o médico-veterinário tem um papel fundamental no trabalho de prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, inserindo-se no Núcleo de Apoio à Saúde Familiar (Nasf) e em alguma atividade multidisciplinar relacionada ao manejo técnico das questões sanitárias e ambientais, como a política de controle populacional dos animais e a circulação de agentes e patógenos no território e no domicílio.

75 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SEUS ANIMAIS: CARACTERIZAÇÃO E ESTUDO DO VÍNCULO ESTABELECIDO E OFERECIMENTO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

MARTINS, M. F.¹; CAPELLI, L.²; BERTANHE, M.³

¹ Professora Doutora da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP). E-mail: fmartins@usp.br

² Médica-veterinária (FMVZ-USP).

³ Acadêmica (FMVZ-USP).

A população em situação de rua enfrenta diversas dificuldades por ser desprovida de direitos fundamentais à manutenção de uma vida estável, sendo agravada quando essas pessoas são tutoras de animais de companhia. O trabalho busca auxiliar essa parcela da população oferecendo diversos serviços que visam promover a conservação da tutoria desses animais da melhor forma possível, além de estudar o vínculo estabelecido entre os animais e seus tutores. Nesse contexto de privação, busca o entendimento acerca das razões que levam essas pessoas a optarem pela companhia de um animal, mesmo que essa escolha implique obstáculos a serem superados. São objetos de estudo os aspectos psicológicos dos tutores e comportamentais dos animais, o manejo e os aspectos sanitários e de saúde, a castração e o bem-estar animal. Para sua realização foram selecionadas cinco rotas, em áreas urbanas da cidade de São Paulo, são elas: Praça 14 Bis, Zona Sul (da Consolação à Santa Cruz), Brás/Bresser, Sé/República e Minhocão. Em cada uma das rotas foi aplicado um questionário estruturado com 80 questões que inferiam sobre afetividade, conhecimentos sobre guarda responsável e saúde pública, e condição geral de saúde do tutor e de seu (s) animal (is). Além da aplicação do questionário, na entrevista foi determinado o perfil socioeconômico do tutor, e o registro de seus animais. O questionário foi aplicado também com a população em dois formatos: presencial e on-line (Questionário Google). Assim, para possibilitar uma análise comparativa, os resultados obtidos foram divididos em dois grandes grupos – não domiciliados e domiciliados. Após a análise dos dados obtidos foi efetuada uma cartilha destinada à população em situação de rua, para conscientizá-la sobre a importância do controle de zoonoses e guarda responsável. Paralelamente, foi criado o Projeto População Desabrigada e Seus Animais (PDSA), que atua nessas cinco rotas fazendo o controle higiênico sanitário dos animais. O trabalho contou com o apoio de dois bolsistas do Programa CCEX da Universidade de São Paulo (USP) e cerca de 20 voluntários que auxiliaram na aplicação do questionário e na execução dos serviços oferecidos pelo Projeto PDSA nas ações que realiza. Entre os 86 animais atualmente cadastrados no Projeto, há 66 cães e 20 gatos. Os dados obtidos mostram que não há relação entre a renda mensal total dos tutores e a renda mensal destinada a gastos com seus animais; que tutores homens apresentam uma leve tendência à preferência de cães machos, e que, além disso, têm menor aceitação da castração de seus cães machos, quando é comparada à aceitação de tutoras mulheres, que se mostram menos resistentes em colocar seus cães na fila de espera de castração; os animais representam um vínculo afetivo fundamental para

seus tutores, muitas vezes tornando-os pessoas mais tranquilas e menos ansiosas, ajudando inclusive no combate à depressão e no combate ao consumo de drogas. Frequentemente os tutores se referem a seus animais como membros familiares, denominando-os “filhos” e irmãos”. Tendo em vista os resultados obtidos a conclusão obtida é que se faz necessário um trabalho de conscientização contínuo com os tutores para melhorar o bem-estar dos animais e para o controle de zoonoses.

76 CAPTURA, ESTERILIZAÇÃO E DEVOLUÇÃO: UMA PROPOSTA DE MANEJO PARA POPULAÇÕES FELINAS

MELLO, O.¹

¹ Projeto Felinos Urbanos, de São Luís/MA.

A captura, esterilização e devolução (CED) é utilizada desde 1960, com início na Inglaterra, como estratégia de controle populacional de colônias de felinos (gatos ferais ou ariscos). As autoridades brasileiras perceberam que as alternativas utilizadas anteriormente, como a captura dos animais e solturas em outras áreas, encaminhamento para abrigos (onde não poderiam ser manejados ou adotados por causa de sua natureza selvagem) e eutanásia não eram soluções definitivas para o problema. Gatos ferais ou ariscos são descendentes de gatos domésticos que nasceram ou foram criados sem contato humano. Eles vivem furtivamente em áreas urbanas ou rurais, criando fortes laços com seus territórios e possuem estrutura social complexa. Pelas características de seu ciclo reprodutivo e número significativo de filhotes por ano, além de uma alta disponibilidade de alimentos, seja por fornecimento de cuidadores e lixo doméstico, esses animais podem se multiplicar com grande rapidez, de dezenas a centenas de indivíduos em um curto período de tempo. Gatos de colônia são vítimas da violência humana, atropelamentos, envenenamentos e passam seus dias em lutas para reproduzir, bem como, na busca de alimento e abrigo para si e seus filhotes, são suscetíveis a doenças como raiva, FIV e FELV felinas, sarna, infestação por parasitas, ferimentos severos e, normalmente, terminam seus dias precocemente, à mingua e sem assistência. Através da CED procura-se oferecer a esses animais uma melhor qualidade de vida através da castração, vacinação e monitoramento de suas colônias. Ao mesmo tempo que o número das populações se estagna e diminui, os gatos submetidos à CED não permitem que gatos inteiros adentrem em seus territórios. Esses animais, após esterilização, se tornam mais calmos e são mais aceitos pelos humanos a seu redor, já que não apresentam mais comportamentos desagradáveis, como demarcação de território, vocalização de acasalamento ou brigas. A CED também pode atuar em comunidades carentes, oferecendo esterilização para gatos semidomiciliados de famílias de menor poder aquisitivo, colaborando para a conscientização em relação aos benefícios da castração, reduzindo o número de abandonos e demais malefícios causados pelo descontrole populacional felino.

Apesar de a CED ser utilizada em diversos países do mundo, reconhecida por grandes instituições de bem-estar animal e descrita pela American Society for the Prevention of Cruelty to Animals (ASPCA) como “a estratégia mais humana, efetiva e financeiramente viável para controlar populações de gatos errantes”, no Brasil, com o surgimento lento de grupos envolvidos, o método ainda está engatinhando. Em nosso país, atualmente, a grande maioria dos felinos sem lar é resgatada e colocada em abrigos já superlotados, dependendo de recursos financeiros escassos, com poucos voluntários para seu cuidado e com chances pequenas de adoção. O processo para que um gatinho ganhe um lar é mais difícil, economicamente dispendioso e demorado que o investimento em castração em massa. Ainda é grande o preconceito em relação a esses animais, assim